

Salão Nobre dos Paços do Concelho

Reunião Ordinária de 02-07-2026

Ata nº 13

Membros da Câmara Municipal	Cargo	P/F/S
José Albano Esteves Domingues	Presidente da Câmara Municipal	P
Verónica Fernandes Solheiro	Vereador	P
Manuel José Cardoso Rodrigues	Vereador	P
Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves	Vereador	P
Ana Patricia de Castro Xavier	Vereador	P

P-Presença F-Falta S-Suspensão

Situação financeira em 26-06-2026

Operações Orçamentais	98 269,86€
Operações de Tesouraria	532 838,37€

Início da reunião:14.30 horas

Esta reunião foi secretariada por Ana Maria Cerqueira da Silva, Técnica Superior Jurista da Divisão de Gestão Municipal.



O senhor Presidente da Câmara Municipal de Melgaço deu início à reunião, começando por agradecer a presença e apresentar os seus cumprimentos a todos os senhores Vereadores, à senhora Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência, aos técnicos e público presentes na sala, bem como ao público que se encontrava a acompanhar a reunião através da transmissão *online*.

Sendo uma reunião pública, informou que a ordem de trabalhos era composta por três pontos, correspondendo o primeiro ao período de antes da ordem do dia, onde podem ser apresentados e discutidos vários assuntos do interesse para o Município, o segundo ao período da ordem do dia, onde são votados os assuntos elencados na ordem de trabalhos, e, por fim, o terceiro e último momento, correspondente ao período de intervenção do público.

I – Período de Antes da ordem do dia

Aberto o período de antes da ordem do dia o senhor Presidente da Câmara Municipal manifestou o propósito de deixar algumas informações sobre a atividade executiva no intervalo de tempo que mediou entre a última reunião de Câmara e a presente, e perguntou se algum dos senhores Vereadores se pretendia inscrever para intervir nesta parte da ordem de trabalhos.

Nesse seguimento inscreveram-se as senhoras Vereadoras Fátima Esteves e Verónica Solheiro.

Retomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, que iniciou a apresentação da atividade executiva desde a última reunião de Câmara com o encerramento do Projeto Atividade, no dia 25 de junho, um projeto que envolveu o Município, as freguesias, as associações concelhias, o Centro de Saúde e o Centro de Estágios. Referiu que o evento de encerramento do projeto contou com a presença de mais de 200 pessoas, que foram recebidas, pela manhã, nos Paços do Concelho, tendo os participantes sido posteriormente divididos em grupos para visitar os núcleos museológicos, concretamente o Museu do Cinema e o Espaço Memória e Fronteira. Comunicou que após as visitas teve lugar um almoço e um momento de confraternização, que contou com a presença do senhor Vice-Presidente da Câmara, e que o *feedback* por si recebido apontou para ter-se tratado de um momento de são convívio, com os participantes muito bem-dispostos e animados.

Passou, depois, a aflorar a realização da segunda cerimónia de abertura do torneio de futebol juvenil "Portugal Under Cup", a 25 de junho. Explicou que o evento deste ano foi dividido em dois fins de semana, com quatro dias em cada um, abrangendo diferentes faixas etárias, tendo o segundo fim de semana sido dedicado aos escalões Sub-14 e Sub-15. Disse que os jogos foram distribuídos por vários campos, incluindo os do Centro de Estágios em Melgaço, neste segundo fim de semana tendo sido utilizado o campo sintético em ordem a preservar o relvado natural para estágios de equipas profissionais.



Deu nota, de seguida, da sua participação numa reunião, na localidade galega da Corunha, para, juntamente com uma delegação composta por representantes do AECT Rio Minho, dos Municípios de Melgaço, Valença, Caminha (do lado de Portugal) e de Salvaterra, Tui e O Rosal (do lado de Espanha), discutir as problemáticas do Rio Minho com o representante do Governo espanhol na Galiza. Transmitiu que o objetivo foi expor as preocupações sobre o Rio Minho que, apesar de antigas, nunca chegaram a ser discutidas no âmbito das cimeiras luso-espanholas. Disse que a dita delegação solicitou que tais preocupações fossem levadas ao governo de Madrid e discutidas numa futura cimeira, a realizar, se possível, num dos municípios ribeirinhos. Comunicou que os problemas focados nessa reunião incluíram o assoreamento na foz do rio, a invasão por espécies exóticas e a variação rápida dos caudais junto à barragem da Frieira, que expõe as espécies piscícolas em fase embrionária a condições climatéricas adversas e aos predadores, causando elevada mortalidade. Referiu ter noção, o que não deixou de dizer na reunião, que por trás da regulação dos caudais se encontrarão as necessidades de produção de energia, tendo defendido a necessidade de equilibrar essa produção com a proteção do ecossistema e das centenas de pessoas cujo sustento depende do rio (entre as quais os pescadores, restauração e empresas de animação desportiva).

Como terceira nota da atividade do Executivo referenciou a realização, no dia 27 de junho, do 5º Festival Nacional da Canção Rural, em Beja, em que Melgaço foi representado através do artista local Bruno Pereira. Elogiou o músico e interprete, pela sua carreira e resiliência, e por ter sido um dos escolhidos entre os sete municípios finalistas, o que considerou, desde logo, uma vitória e um orgulho para Melgaço. Referiu que esta participação foi vista como uma forma de projetar o nome do Município e de proporcionar um palco importante para a carreira do artista. Transmitiu que o senhor Vice-Presidente e uma equipa de apoio de Melgacenses acompanharam a atuação *in loco*. Aproveitando a presença do Bruno na sala de reuniões, agradeceu, pessoal e institucionalmente, a sua participação neste festival.

Passou, seguidamente, a aflorar a realização, no dia 27 de junho, do primeiro torneio "Melgaço Futsal Cup", com o envolvimento de centenas de participantes, evento que foi considerado um sucesso e que aportou uma grande dinâmica para o concelho. Fez um agradecimento especial à organização, aos voluntários, ao *staff* e à equipa do Futsal Clube Alvarinho Melgaço pelo trabalho extraordinário que realizaram. Sublinhou a importância de iniciativas como esta, que, com custos controlados, atraem jovens e famílias, gerando economia local.

Ainda no âmbito da atividade do Executivo, e relativamente ao referido dia 27 de junho, mencionou a visita à Aveleira, por ocasião das festas da Senhora da Guia, e a celebração das Marchas de São João, nessa mesma noite, no Largo do Mercado Municipal. Referiu que as Marchas decorreram com a participação de cinco grupos (entre associações e instituições) e contaram com uma enorme adesão do público. Transmitiu que o evento foi elogiado pelo empenho, trabalho e beleza demonstrados pelos participantes. Informou que após as marchas, e o



convívio que se lhe seguiu, foi projetado, no mesmo local, por organização do Município, o jogo de futebol entre Portugal e a Colômbia, uma iniciativa também muito saudada e que se prolongou até às 02:30 horas da manhã.

Aludiu, de seguida, à realização, no dia 30 de junho, de uma reunião do plano operacional de combate a incêndios rurais (que se focou mais ao nível intraconcelho, por reporte à reunião do DECIR - Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais, que anteriormente a essa havia tido lugar), com a presença dos coordenadores do Gabinete Técnico Florestal, da GNR, do Comando dos Bombeiros, entre outras entidades. Comunicou que foram discutidos os meios humanos e equipamentos disponíveis para o novo ciclo, que se avizinha, de combate a incêndios, concluindo-se que está tudo preparado para fazer face a eventuais ocorrências, apesar das limitações em termos de meios humanos. Transmitiu ter sido informado que não se confirmou a vinda de bombeiros de Lisboa para o Alto Minho (para a qual o Município tinha aprovado a atribuição de apoio financeiro para alimentação), por falta de operacionais disponíveis, problema que é transversal a todas as corporações de bombeiros e de equipas de sapadores.

Expôs, posteriormente, a realização, a 30 de junho de 2026, de uma reunião com mais de 40 produtores e comerciantes locais, que serviu para apresentar os planos para a edição de 2026 da Festa da Cultura. Referiu que a Festa do Emigrante, a Festa Castreja e a Festa do Brandeiro se manterão, com algumas nuances, na edição de 2026, e que a grande novidade deste ano será o "Palco Para Melgaço". Disse que este novo espaço na programação se destina a promover artesãos, produtos endógenos (como vinhos e fumeiro) e comerciantes locais de vários setores de atividade. Comunicou que está prevista a realização de um desfile de moda, agregando cabeleireiros, lojas de roupa, estilistas, sapatarias e lojas de acessórios e que o palco também será aberto aos artistas musicais locais, incluindo uma banda jovem, o artista Bruno Pereira e o dueto "Luís e Maria Pires". Louvou e agradeceu a grande presença dos comerciantes que participaram nesta reunião.

Ainda no âmbito da atividade do Executivo no período que mediou entre a anterior e a reunião em curso da Câmara Municipal, o senhor Presidente destacou a inauguração, em 2 de julho, da linha de alta tensão entre Portugal e Espanha, num ato concretizado no polígono industrial de Arbo (Espanha), que contou com a presença da senhora Ministra do Ambiente e da Energia, da sua homóloga espanhola, a Ministra para a Transição Ecológica e Desafio Demográfico de Espanha e também Vice-Presidente do Governo de Espanha, entre outros representantes de ambos os governos e das empresas gestoras das redes de transporte de eletricidade dos dois países (REN e Red Eléctrica/REDEA). Expressou que embora a linha não seja bem-vista, por "rasgar" a nossa paisagem e criar impactos visuais negativos, especialmente num concelho com forte vertente turística, a sua necessidade é compreendida, sendo que sem eletricidade nada se faz nos tempos correntes, sendo esta a 10ª das 15 ligações exigidas, pela União Europeia, entre Portugal e Espanha, que transportará energia de fontes sustentáveis (eólicas), dando nota de que se na altura já existisse poderia ter evitado o apagão ibérico ocorrido em 28 de abril de 2025.



Referiu que, aproveitando a presença da senhora Ministra do Ambiente e Energia, do senhor Secretário de Estado do Ambiente e do senhor Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) neste ato inaugural, lhes solicitou uma visita a Melgaço. Realçou que foi fruto da intervenção da senhora Ministra do Ambiente e Energia e do senhor Secretário de Estado do Ambiente que já foi alterado o traçado inicial da linha de alta tensão, por forma a ir ao encontro das reivindicações das populações de concelhos pela linha travessados, e que foi também fruto da ação do atual Governo que foi criada uma portaria que prevê medidas compensatórias para os municípios atravessados por esta linha, no âmbito da qual o valor da compensação para Melgaço, felizmente atravessado numa pequena distância, foi fixado em cerca de 31.000 euros.

Comunicou que na reunião realizada com a senhora Ministra do Ambiente e Energia aproveitou para abordar problemas antigos do Município, concretamente a Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) e o Espelho de Água, em Castro Laboreiro. Lembrou ter sido acertada, pelo anterior executivo, com a APA a ablação de uma parte da obra do espelho de água, em ordem a permitir a subsistência do restante, e explicou que a execução da obra, mesmo na sua forma reduzida, está condicionada à entrada em vigor do Plano Especial do Parque Nacional da Peneda Gerês. Transmitiu ter feito um apelo direto à senhora Ministra para dar seguimento a este dossier, pois o Município depende da aprovação do Plano pelo Ministério do Ambiente e Energia para concluir a obra. Informou que também foi apresentado um pedido de apoio à senhora Ministra do Ambiente e Energia para a execução do projeto da Ecovia, através de programas e fundos que se mostrem disponíveis para subsidiar a sua execução. Informou que atualmente apenas cerca de um quilómetro da Ecovia se encontra executado e que o Município teve de abdicar de um financiamento que cobria 30% da execução de mais 2 km em função de não dispor das verbas necessárias para assegurar os restantes 70%, sendo certo que o custo estimado por cada quilómetro da Ecovia é de aproximadamente 200.000 euros. Referenciou que o traçado total da Ecovia no território de Melgaço ultrapassa os 20 quilómetros.

Por fim, dirigiu o seu reconhecimento e felicitações à Associação Melgaço em Patins e a todos os seus atletas e famílias, mas em particular ao atleta Miguel Alves, por se ter em data recente sagrado campeão nacional de Solo Dance. Destacou que este é o segundo ano consecutivo em que este atleta alcança o título de campeão e que este sucesso é visto como um reflexo do trabalho do clube, da organização, do Centro de Estágios, mas, fundamentalmente, da capacidade e empenho do atleta, que merece todo o reconhecimento do Município e do Executivo Municipal.

Finda a sua intervenção no período de antes da ordem do dia o senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra à senhora Vereadora Fátima Pereira, que começou por cumprimentar o senhor Presidente, os senhores Vereadores, a senhora Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência, os técnicos do Município e o público ali presentes, bem como o público que se encontrava a assistir à transmissão *online* da reunião.



Passou, de seguida, a referir que as senhoras Vereadoras do Partido Socialista se aliam às felicitações que foram dirigidas pelo senhor Presidente pelas várias conquistas dos melgacenses, com destaque para o atleta Miguel Alves pela sua recente vitória. Dirigiu um agradecimento especial aos pais dos atletas Miguel Alves e Hugo Alves, pelo seu papel crucial, disciplina e capacidade de acompanhamento.

Parabenizou, posteriormente, as cinco marchas de São João (da Santa Casa da Misericórdia, das Noites Gaiteiras, dos Sem Fronteiras, da Casa do Povo e da APPACDM), que disse terem brilhado mais um ano. Sublinhou o enorme esforço envolvido na preparação das marchas (com fatos, coreografias e ensaios) para uma atuação de apenas 15 minutos. Apelou para que a comunidade apoie os eventos de angariação de fundos das associações, para que estas não dependam exclusivamente de subsídios para realizar as marchas.

Passou, depois, a transmitir a sua preocupação com a suspensão de dois serviços de transporte público de passageiros diários (Melgaço-Viana do Castelo-Porto, com partida às 05:15 horas e Porto-Viana do Castelo-Melgaço, com partida às 12:15 horas) do expresso da Auto Viação do Minho, uma decisão da empresa privada que apanhou o Executivo e a população de surpresa. Expressou ter consciência de que não se pode impedir um privado de deixar de atuar, mas ressaltou que a linha das 05:15 horas é particularmente crítica por ter paragens em frente ao Hospital de São João e ao IPO, sendo vital para pacientes em tratamentos oncológicos, bem como para estudantes e trabalhadores. Transmitiu que está a circular uma petição pública para ajudar os municípios afetados em termos de transportes devido a esta desistência da empresa Auto Viação do Minho, a fim de exercer alguma pressão sobre a CIM Alto Minho e sobre o Governo, por forma a tentar arranjar soluções alternativas que garantam a continuidade deste transporte. Sugeriu que se contratassem empresas locais com autocarros mais pequenos, se o problema for a baixa ocupação. Manifestou total disponibilidade para participar em manifestações, se necessário, para que o problema seja resolvido e o concelho não fique ainda mais isolado. Questionou o senhor Presidente sobre as ações que planeia tomar, como reuniões com empresas ou a entrega deste assunto à CIM Alto Minho.

Finda a intervenção da senhora Vereadora Fátima Pereira o senhor Presidente da Câmara Municipal retomou a palavra para responder aos pontos por ela colocados, começando por reforçar o seu reconhecimento pelo papel de apoio das famílias, do *staff* técnico e dos voluntários nos sucessos desportivos e culturais dos atletas e artistas Melgacenses, elogiando-os e parabenizando-os. Reconheceu publicamente o sacrifício das famílias que acompanham os filhos, considerando que esse esforço é compensado e os prepara para o futuro.

Relativamente ao evento das Marchas de São João, o senhor Presidente reiterou o facto de já ter elogiado, *in loco*, todos os envolvidos, incluindo *staffs* técnicos, costureiros, cabeleireiros, ensaiadores, músicos e *speakers*. Destacou o crescimento do número de participantes nestas marchas e afirmou que a seu ver as Marchas de Melgaço são, no momento, "as melhores do país".



Em resposta à senhora Vereadora Fátima Pereira sobre os transportes o senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que são vários os municípios atravessados pela linha da Rede de Expressos encerrada e que Melgaço não recebeu qualquer contacto institucional da parte da empresa a dar conhecimento sobre qualquer alteração. Identificou como um dos fatores implícitos na postura da empresa Auto Viação do Minho a pressão que se pretende fazer sobre o poder político para financiar/subsidiar carreiras, tendo, contudo, destacado, a este nível, a limitação legal e ética de injetar dinheiro público em empresas privadas. Declarou que os municípios não têm assento nem voto na administração das empresas privadas de transporte, cabendo-lhe, ainda assim, fazer a sua parte, na defesa dos interesses dos Municípios. Reconheceu que as linhas de transporte acabam por ser extintas por falta de procura, apesar de serem essenciais para a mobilidade e o acesso a serviços, incluindo tratamentos de saúde. Reforçou a sensibilidade do Executivo face às necessidades da população, mas salientou ter noção da inviabilidade de se manterem linhas deficitárias. Afirmou estar ao lado da população no que toca à reivindicação da existência de várias linhas, tendo dado como exemplo disso o facto de o Executivo ter trabalhado com a Rede de Expressos para retomar o serviço em Melgaço, após 20 anos de paragem, o que logrou conseguir em fevereiro do corrente ano. Disse esperar que o encerramento de algumas linhas sirva de oportunidade para reajustamento da oferta e para a abertura de novos circuitos que ainda não existem. Mencionou que Melgaço está na “pontinha do país” e reconheceu os desafios do despovoamento e da perda populacional. Disse que décadas de perda de dinâmicas e de população explicam a baixa procura dos transportes em autocarro (contrariamente ao crescente uso de viaturas próprias e dos táxis) e transmitiu que se houvesse procura as empresas certamente não extinguiriam as linhas. Rejeitou a atribuição de responsabilidade ao Executivo atual pelas políticas prosseguidas nos últimos 40 anos e sublinhou que a perda populacional é transversal, é certo, mas que Melgaço perdeu três vezes mais população do que a média do distrito e quase oito vezes mais por reporte à média nacional. Comunicou que ele próprio já procedeu à assinatura da petição a que a senhora Vereadora Fátima Pereira fez referência. Transmitiu que o Município se encontra a preparar uma exposição para remeter à empresa de transportes, sendo certo que levará este assunto a discussão na próxima reunião da CIM Alto Minho. Transmitiu ter sido informado de que a medida tomada por esta empresa antecipa o concurso da CIM, enquanto Autoridade de Transportes, para o distrito de Viana do Castelo, visando o transporte da população, de estudantes e turistas. Disse, a este propósito, que o caderno de encargos deste concurso prevê criar 125 linhas, num projeto de 5 anos, com mais de 30 milhões de euros de investimento.

Referiu, por outro lado, que a questão das vias rodoviárias e do comboio de alta velocidade está a ser permanentemente discutida. Esclareceu que se houver alta velocidade em Valença, haverá ligação à Europa e ao Porto. Informou que se encontra planeada a articulação com outros



municípios numa próxima reunião da CIM Alto Minho, prevista para o dia 13 de julho de 2026, em Paredes de Coura, no sentido de se procurar chegar ao coração de quem gere as empresas de transporte público de passageiros, sensibilizando-as para as necessidades da população.

Na sequência desta apresentação do senhor Presidente da Câmara Municipal, a senhora Vereadora Fátima Pereira pediu de novo a palavra, e, no uso dela, começou por concordar com o diagnóstico do despovoamento por aquele feito e sublinhou a necessidade de captar população e de não se perderem oportunidades. Destacou que muitas pessoas recorrem aos táxis, existindo, contudo, muitas outras que não os podem pagar, tendo manifestado maior preocupação com estas últimas. Sugeriu a realização de uma reunião com empresas locais para estudar uma solução transitória de transporte até à implementação do concurso da CIM Alto Minho, ao que o senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu reafirmando que os municípios não condicionam as decisões de gestão das empresas privadas e não podem obrigá-las ao que quer que seja, devendo estas, por seu turno, ajustar-se à realidade e criar novos trajetos, sendo certo, contudo, que é crucial que a população os utilize, pois se não o fizer serão forçosamente descontinuados.

Tendo sido concedida a palavra à senhora Vereadora Verónica Solheiro, esta iniciou a sua intervenção com a apresentação de cumprimentos ao senhor Presidente, aos senhores Vereadores, à senhora Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência, aos técnicos do Município e ao público presentes na reunião, bem como ao público que se encontrava a assistir à sua transmissão à distância

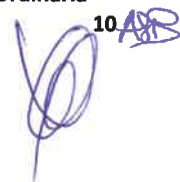
Como primeira nota a senhora Vereadora Verónica Solheiro fez alusão ao desenvolvimento, desde a última reunião de Câmara Municipal, do assunto relativo ao protocolo de limpeza de trilhos e Caminhos da Fé (que envolve o ICNF e várias Juntas de Freguesia). Disse, por conseguinte, que na última reunião de Câmara o dito protocolo veio para aprovação, tendo sido indicado pelo senhor Presidente que existia unanimidade das Juntas de Freguesia em aderirem ao mesmo. Explicou que, entretanto, se realizaram várias reuniões de Assembleia de Freguesia, onde este protocolo não foi aprovado por unanimidade. Referiu que os senhores Vereadores do Partido Socialista já tinham identificado algumas fragilidades deste protocolo (mais concretamente o custo elevado para as Juntas de Freguesia) e que já haviam sublinhado que o anterior Executivo até tivera que intervir para garantir as condições dos trilhos, devido às dificuldades de execução que estas Juntas apresentaram. Perguntou ao senhor Presidente da Câmara Municipal se o atual Executivo pensa alterar o protocolo e se o Município assumirá as obrigações das Juntas de Freguesia não aderentes ou, então, como pretende resolver este problema que afeta os munícipes e os visitantes.

Como segundo apontamento fez referência à delegação de competências nas Juntas de Freguesia no âmbito das limpezas. Explicou que o contrato de delegação de competências



relativamente às limpezas é assinado anualmente e que a lei prevê a sua renovação automática, salvo nos casos em que seja celebrado novo protocolo ou nos casos em que a renovação do protocolo em vigor seja rejeitada. Transmitiu que as Juntas de Freguesia se queixam dos valores da verba que é transferida diretamente pelo Município para a execução destas competências delegadas a nível da limpeza, que, atualmente, ronda os 27.000 euros para a Junta de Freguesia de Paderne (que tem mais população) e os 20.000 euros para as demais Juntas de Freguesia. Referenciou que estas autarquias locais se queixam do aumento dos custos e da falta de mão de obra. Questionou se o Executivo considera a hipótese de fazer uma adenda de valores ou conceder apoio com mão de obra do Município, dado que nem tudo é financeiro e muitas Juntas de Freguesia não têm funcionários.

Em resposta ao perguntado pela senhora Vereadora Verónica Solheiro o senhor Presidente da Câmara Municipal lembrou que a questão da adesão, unânime, das Juntas de Freguesia ao protocolo de limpeza dos trilhos já fora levantada na última reunião de Câmara Municipal pelo senhor Vereador José Adriano Lima e que a sua resposta à questão por este Vereador colocada, no sentido de saber se todas as Juntas de Freguesia se disponibilizaram a assinar o protocolo, se baseou na reunião preparatória que teve lugar com a presença dos técnicos do Município, das Juntas de Freguesia e dos representantes dos baldios, onde nenhuma das partes envolvidas afirmou que não colaboraria, com a exceção, a que anteriormente já tinha aludido, da Junta da União das Freguesias de Chaviães e Paços, que nem sequer marcara presença na reunião. Mostrou a sua estranheza face à insistência do senhor Vereador José Adriano Lima, na anterior reunião, sobre a referida unanimidade na adesão ao protocolo e perguntou se a Oposição estaria ela própria a não pretender o estabelecimento desta parceria, exercendo um contrapoder, dada a receção recente de um *feedback* negativo de algumas Juntas de Freguesia, por *e-mail* ou contacto pessoal, levantando novas questões ou recusando a participação, quando naquela reunião preparatória nada tinham objetado. Explicou que existem 15 trilhos homologados e que sem a colaboração das Juntas de Freguesia o Município não tem meios, nem financeiros nem a nível de pessoal, para assegurar a sua limpeza. Referiu que os operacionais municipais estão sobrecarregados de trabalho e que não existem condições para alocar recursos humanos a essas tarefas nas freguesias. Lembrou que as freguesias recebem fundos do Orçamento de Estado e da Câmara, em montantes que rondam um total de cerca de 1.700.000 euros, mormente no âmbito da delegação de competências, sendo 27.500 euros para as Uniões de Freguesias e a Freguesia de Paderne e 20.000 euros para restantes freguesias, montantes estes que considerou também permitirem fazer estas limpezas de valetas e de bermas. Referiu que algumas freguesias pressionaram, no mandato anterior, para criar trilhos, comprometendo-se com a limpeza, de tal modo que existe um protocolo anteriormente assinado, com eficácia e em vigor, perguntando se o motivo de agora se recusarem a assinar o novo protocolo é pela razão de haver um novo Executivo Municipal, de uma distinta cor política. Destacou a importância dos trilhos para o turismo de



natureza sustentável e para a projeção do território, que inclui as freguesias, e que em última instância, se não se assumir a limpeza dos trilhos, e estes vierem a ser encerrados, são as freguesias que perdem visibilidade e dinâmicas nas suas áreas geográficas. Considerou impraticável que o Executivo assuma sozinho centenas de quilómetros pertencentes aos baldios, ao ICNF e às freguesias, por ter meios humanos e financeiros limitados. Criticou a oposição por propor “*mais dinheiro, reforço e projetos mais ambiciosos*” sem indicar fontes para essas verbas acrescidas, num exercício de falta de seriedade e de responsabilidade, lembrando que o atual Executivo se encontra a pagar dívidas contraídas em mandatos anteriores. Informou ainda que se mantiveram os valores do ano anterior, no âmbito da delegação de competências para as Juntas de Freguesia, reconhecendo, no entanto, que estes valores podem ser exíguos, em alguns casos, para algumas freguesias, mas entendendo-os suficientes para outras. Considerou possível vir a futuramente proceder ao lançamento de um concurso para o Executivo organizar as limpezas em todas as freguesias, caso não haja colaboração por parte destas, mas advertiu que, nesse caso, os custos acrescidos teriam de ser suportados com a retirada de verbas que por norma são alocadas, em cada ano, às freguesias.

Pediu a palavra a senhora Vereadora Verónica Solheiro, que lembrou que o senhor Vereador José Adriano Lima referiu, na anterior reunião de Câmara, que existiram problemas na execução do protocolo antecedente, assinado com o anterior Executivo (do qual ele fazia parte) - onde as Juntas de Freguesia aceitaram a responsabilidade pela limpeza dos trilhos e depois manifestaram dificuldades na sua execução - e referiu que, por este mesmo motivo, é que aquele Vereador terá mostrado a continuidade da sua preocupação com a execução e a responsabilidade das Juntas de Freguesia no modelo vigente. Disse que é público que em reuniões de Assembleia de Freguesia recentes, o protocolo foi rejeitado por unanimidade, com votos contra de membros do Partido Social Democrata, indicando uma oposição generalizada e não apenas partidária. Referiu não existir um contrapoder por parte do Partido Socialista, que está aqui para contribuir, acompanhar e fiscalizar, se necessário. Comunicou que as freguesias não concordam com o protocolo na sua forma atual e podem até não desejar a mão-de-obra oferecida como solução, esclarecendo que sugeriu a oferta de mão-de-obra como uma tentativa de contornar as restrições orçamentais, por antever que a recusa das freguesias em aceitar o protocolo se tornará um problema para o Município.

Em resposta a esta intervenção da senhora Vereadora Verónica Solheiro o senhor Presidente da Câmara Municipal disse que não estava a par da rejeição do protocolo em todas as Assembleias de Freguesia e que, pelos vistos, a senhora vereadora tem acesso a informação privilegiada. Lembrou que a forma (positiva ou negativa) como um assunto é apresentado numa Assembleia de Freguesia influencia fortemente o resultado da votação, e que também é do seu conhecimento a forma, negativa, como nalguns casos o assunto foi exposto em Assembleia. Rebatendo a referência ao histórico, de incumprimento pelas freguesias, apresentado pelo senhor

Vereador José Adriano Lima na anterior reunião de Câmara Municipal, afirmou ter conhecimento de que, no passado, os problemas se limitavam a uma ou duas freguesias que não cumpriam o protocolo, necessitando de intervenção direta do Município.

Ainda sobre este assunto, pediu a palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que informou que o protocolo foi enviado previamente a todas as freguesias, a fim de poderem dar contributos, e que, curiosamente, nenhuma freguesia se havia pronunciado ou identificado aspetos negativos, com a exceção de uma freguesia que enviou uma nota a apontar que uma ou duas linhas poderiam ser melhor redigidas. Esclareceu que durante a reunião com todas as freguesias apenas os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Fiães e de Penso colocaram algumas questões.

O senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou que as manifestações de contrariedade ao protocolo apenas surgiram após a última reunião de Câmara, e após a intervenção dos senhores Vereadores da Oposição, o que lhe causa estranheza, a qual é reforçada pelo facto de na reunião preparatória com as freguesias não terem sido levantadas objeções substanciais ou apresentados contributos, e pelo facto de apenas agora virem algumas freguesias comunicar o seu desacordo.

A senhora Vereadora Verónica Solheiro contrapôs esta afirmação, dizendo que o cenário mudou porque as Assembleias de Freguesia onde os protocolos tinham de ser aprovados, ocorreram *depois* da última reunião de Câmara.

O senhor Presidente da Câmara Municipal realçou o facto de alguns Presidentes de Juntas de Freguesia, que não levantaram objeções na reunião preparatória, terem apresentado o protocolo nas suas Assembleias de Freguesia como negativo ou desinteressante, questionando-se sobre o que mudou no intervalo de tempo que mediou entre aquela reunião preparatória e a realização das Assembleias de Freguesia.

A senhora Vereadora Verónica Solheiro esclareceu que não esteve presente em nenhuma reunião de Assembleia de Freguesia e que a sua informação provém de conversas com cidadãos de Melgaço, as quais refletem o resultado normal do seu trabalho de acompanhamento dos assuntos do concelho, não detendo, por conseguinte, qualquer informação privilegiada.

II – Período da Ordem do dia

Administração Municipal

178. Presente para efeitos de análise e votação a Ata n.º 12 de 22-06-2026.

Na apresentação deste assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que foram recebidos pedidos de alteração da ata n.º 12, de 22 de junho de 2026, por parte

do senhor Vereador José Adriano Lima. Expressou a este respeito a sua desilusão com os pedidos feitos, próprios de alguém que não tem a noção de que uma Ata é uma súmula daquilo que de mais importante se passou na reunião, e afirmando que alguns desses pedidos tem a pretensão de introduzir na ata factos que não ocorreram ou que contradizem mesmo o que foi dito, ao passo que outros, reproduzindo embora o que foi dito, não revestem qualquer importância ou pertinência, não passando de um desperdício de tempo.

Passando à análise específica de cada um dos pedidos, começou pela alteração pedida, na página n.º 5 da minuta da ata, relativamente à substituição da expressão "*tipo de entidade*" pela expressão "*a entidade*", dizendo que a mesma não iria ser acomodada, uma vez que se confirmou, pela audição da gravação, que o senhor Vereador José Adriano Lima havia falado, textualmente, em "*tipo de entidade*".

Comunicou que, pese embora não entender qual a relevância da segunda alteração solicitada na mesma página 5, com o acréscimo da expressão "*ao longo dos tempos*" à frase "*dirigiu felicitações a todos os que, seja a nível político, seja no plano técnico, interno e externo, contribuíram para este resultado*", a mesma iria ser aceite.

Passando para a análise da alteração pedida na página 12, no sentido da substituição da palavra "*vontade*" por "*disponibilidade*", na frase que descrevia o ceticismo do senhor Vereador sobre a capacidade de as Juntas de Freguesia cumprirem as obrigações de limpeza, afirmou que a palavra "*disponibilidade*" não foi dita em momento algum e que a palavra "*vontade*" também não foi dita, embora se depreendesse do contexto. Nestes termos, revelou que a palavra "*vontade*" será removida do texto e que a palavra "*disponibilidade*" não será adicionada, por não ter sido mencionada, o que foi aceite por todos os senhores Vereadores presentes.

Sobre o pedido de adição, na mesma página 12, da expressão "*por vezes*" na frase "*No passado as limpezas eram deficientes ou não eram feitas*", disse que o mesmo não iria ser acomodado, uma vez que esta expressão também não foi proferida pelo senhor Vereador José Adriano Lima durante a sua intervenção.

Relativamente à solicitação do acréscimo, no final do 5º parágrafo da página 12, da opinião do senhor Vereador sobre o facto de que se deveria "*evoluir para um modelo com contrapartidas*", comunicou que este pedido de alteração iria ser rejeitado, pelo facto de aquele nunca ter mencionado a palavra "*contrapartidas*" na reunião.

Quanto ao pedido de adição, no 2º parágrafo da página 16, da expressão "*ao que o referido Vereador disse que deveria de incluir algum reforço extraordinário*", disse que esta alteração seria igualmente rejeitada, uma vez que o senhor Vereador José Adriano Lima não fez tal proposta durante a reunião.

Quanto à solicitação de intercalar, no 5º parágrafo da página 19, o facto de o Presidente da Câmara ter proposto um *"apoio no valor global de 11.500 euros"* para o Clube de Veículos Antigos de Melgaço, esclareceu que o pedido de apoio do Clube era de 12.500 euros (2.500 euros para o plano de atividades e 10.000 euros para a Rampa do Pezo) e que o Executivo aprovou aqueles 2.500 euros e propôs 9.000 euros para o evento da rampa, totalizando os 11.500 euros, valor máximo que o orçamento aprovado conseguia acomodar. Criticou a postura de propor aumentos de verbas sem indicar a fonte de financiamento, lembrando que o Município ainda está a pagar dívidas acumuladas por uma política que foi seguida durante dezenas de anos e que resultou num passivo superior a 31 milhões de euros. Na sequência desta explicação, referiu que este pedido de alteração não iria ser acomodado.

Procedendo à análise do último pedido de alteração da ata apresentado pelo senhor Vereador José Adriano Lima, em que este solicitou que, ainda na página 19, se acrescentasse, à última frase, a expressão *"e que tenha revelado essa capacidade"* ao parágrafo que resume a sua intervenção sobre a associação (Clube de Veículos Antigos), observou que, embora as palavras exatas não tenham sido estas, esta ideia foi efetivamente transmitida, facto pelo qual a alteração iria ser acomodada.

O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que do conjunto de alterações pedidas apenas duas foram aceites, questionando, novamente, os senhores Vereadores da Oposição acerca da pertinência em se ocupar o tempo da reunião com estes detalhes.

Interveio a senhora Vereadora Fátima Pereira que afirmou que o senhor Vereador José Adriano Lima considerou as alterações pertinentes e que iriam votar a ata e apresentar uma declaração de voto.

O senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a expressar o seu desapontamento por ter que se dedicar tanto tempo da reunião e dos serviços para a discussão de pedidos de alteração manifestamente irrelevantes ou factualmente incorretos. Defendeu que as atas devem espelhar o que foi dito com relevância, assinalando que a ata atual, com cerca de 30 páginas, é já, ela própria, extremamente detalhada.

A senhora Vereadora Fátima Pereira argumentou que a extensão da ata é relativa, mencionando que na Assembleia Municipal já houve atas de 65 páginas e que o senhor Vereador José Adriano tem o direito de considerar as suas alterações pertinentes, ao que o senhor Presidente lhe respondeu que na Assembleia Municipal tinham assento, nos mandatos anteriores, mais de 30 deputados, importando estabelecer um paralelismo entre esse número de deputados e o incomparavelmente menor número de Vereadores com assento na Câmara Municipal.

Sobre a apresentação de declaração de voto anunciada pela senhora Vereadora Fátima Pereira, o senhor Presidente da Câmara Municipal deu nota da sua visão sobre as declarações de voto, dizendo que estas deveriam ser usadas para justificar votos contra ou abstenções e não votos a favor, o que não faz qualquer sentido, ao que aquela Vereadora disse que a apresentação de uma declaração de voto, independentemente do sentido do voto, é um direito previsto no regimento.

O Executivo deliberou, por maioria, com uma abstenção da Vereadora Verónica Solheiro e sem a participação na votação da Vereadora Maria de Fátima Pereira, por não ter estado presente na reunião em causa, a aprovação da Ata n.º 12, de 22-06-2026. A Vereadora Verónica Solheiro declarou que iria juntar declaração de voto, no prazo de 48 horas, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 11.º do Regimento da Câmara Municipal.

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

179. Justificação de faltas.

O Executivo considerou justificada a falta da senhora Vereadora Fátima Pereira na última reunião da Câmara, por motivos profissionais.

Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura

180. Presente email da Normadbike - Associação, a solicitar a emissão de parecer/autorização para a passagem pelo concelho de Melgaço da prova desportiva Extreme Peneda - Xurés 2026, que acontecerá no dia 4 de julho de 2026, bem como a isenção das respetivas taxas de licenciamento, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que o pedido em análise inclui a autorização para a passagem da prova pelo concelho de Melgaço, no dia 4 de julho de 2026, e a isenção das respetivas taxas de licenciamento. Explicou que a prova é rotativa, abrangendo vários municípios do Parque Nacional da Peneda-Gerês, e que em 2026 terá início e fim no concelho dos Arcos de Valdevez.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação n.º 7268, de 17-06-2026, e ao abrigo do disposto no artigo 8º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, na sua redação atual, e nos artigos 3.º, 4.º e 6.º, do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março, emitir parecer favorável para



a passagem pelo concelho de Melgaço da prova desportiva Extreme Peneda – Xurés 2026, que acontecerá no dia 4 de julho de 2026.

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Divisão de Planeamento e Gestão Territorial

181. Presente email da Santa Casa da Misericórdia de Melgaço, a solicitar a isenção de taxas devidas pela ocupação de espaço público para a realização da Atividade "Feira à moda antiga", que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Na apresentação deste assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a ocupação do espaço público no âmbito da "Feira à Moda Antiga" ocorreria no dia 26 de junho de 2026 e que a mesma já havia sido por si previamente autorizada. Clarificou que, embora uma deliberação antiga da Câmara Municipal concedesse a isenção de taxas a todas as atividades da Santa Casa da Misericórdia de Melgaço, essa prática foi considerada não regulamentar, facto pelo qual a instituição foi notificada de que, daí em diante, necessitaria de solicitar a isenção de taxas para cada evento. Acrescentou que os serviços técnicos propõem que a isenção seja concedida para esta iniciativa específica.

O senhor Vice-Presidente comunicou que não iria participar na votação do assunto, por fazer parte dos Órgãos Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Melgaço.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 7262 de 16-06-2026 e no uso da competência prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º do Regulamento de Liquidação, Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais, a aprovação da isenção de taxas devidas pela ocupação de espaço público para a realização da Atividade "Feira à moda antiga".

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

182. Presente requerimento apresentado por Maria do Céu Gonçalves, a solicitar a emissão de certidão de prédio em ruínas do prédio urbano inscrito provisoriamente sob o artigo n.º P1041, da freguesia de São Paio, deste concelho, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Sobre o presente assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a certidão pedida a atestar o estado de ruína do prédio urbano constante do pedido é uma exigência habitual da Autoridade Tributária quando se participa um prédio omissos nas

finanças e o mesmo aparenta estar em ruínas. Transmitiu que as informações da Fiscalização e da Divisão de Planeamento e Gestão Territorial (DPGT), corroboradas por fotografias, confirmam que o edifício se encontra efetivamente em ruínas, descrevendo-o como de construção tradicional, em alvenaria de pedra, de um só piso e já sem cobertura.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 7417 de 19-06-2026 e no uso da competência prevista no n.º 5 do artigo 46.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a aprovação da emissão de certidão de prédio em ruínas inscrito provisoriamente sob o artigo n.º P1041, da freguesia de São Paio.

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

183. Presente requerimento em nome de Francisco David de Amorim Gonçalves, a solicitar a emissão de certidão de destaque de parcela do prédio urbano inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 1133, da União de Freguesias de Vila e Roussas, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Na apresentação deste assunto, o senhor presidente da Câmara Municipal esclareceu que um pedido de destaque apresentado anteriormente, no ano de 2023, havia sido indeferido, pela razão de a parcela resultante do destaque não possuir acesso direto à via pública, não estando, desse modo, cumprido um requisito regulamentar. Informou que o proprietário executou, no entanto, as obras de construção do acesso de e para a Avenida 25 de abril, obra que já foi licenciada e se mostra concluída. Transmitiu que, com a condição do acesso agora cumprida, os serviços técnicos propuseram o deferimento do pedido.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 7619 de 24-06-2026 e no uso da competência prevista no n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, a emissão de certidão de destaque de parcela do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1133, da União de Freguesias de Vila e Roussas – Melgaço.

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Divisão de Obras e Serviços Urbanos

184. Presente ofício da Freguesia da Gave, a solicitar a ligação dos fontanários públicos à rede de abastecimento de água, que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Sobre este assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o pedido da Freguesia da Gave se enquadra no Regulamento que prevê dois benefícios para este tipo de ligações que são de interesse coletivo: a isenção das taxas do ramal de ligação e a aplicação de um tarifário especial, com uma redução de 25%. Mencionou que este pedido surge no contexto de um grande investimento na freguesia da Gave, que inclui a pavimentação de vias municipais (como é o caso da Estrada de Eiriz) e a requalificação completa da rede de abastecimento de água pública.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 7450 de 22-06-2026, e ao abrigo do n.º 2 do artigo 50.º do Regulamento Municipal de Serviço de Abastecimento Público de Água n.º 1196/2023 e do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 147/2017 de 5 de dezembro, na sua redação atual, a aprovação da petição do requerente, de acordo com a informação dos serviços.

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

III – Período da Intervenção do Público:

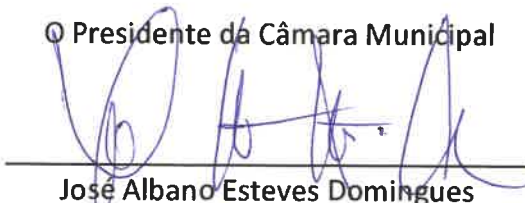
Chegados a esta parte da ordem de trabalhos o senhor Presidente da Câmara Municipal concedeu a palavra ao público presente na sala, bem com ao público que se encontrava a assistir à transmissão *online* da reunião, para qualquer intervenção que pretendessem levar a cabo.

Não tendo havido quaisquer manifestações de vontade em intervir por parte do público presente na sala e do público que acompanhava a reunião à distância, o senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu a presença e participação de todos.

E nada mais havendo a tratar, quando eram 16.05 horas, foi a reunião encerrada pelo Senhor Presidente, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

E eu, Ana Silva, Técnica Superior Jurista da Divisão de Gestão Municipal da Câmara Municipal de Melgaço, a subscrevi.

O Presidente da Câmara Municipal



José Albano Esteves Domingues



MELGAÇO

Declaração de Voto

178. Presente para efeitos de análise e votação a Ata n.º 12 de 22-06-2026.

Em momento prévio à última reunião de Câmara, no dia 2 de julho de 2026, e a propósito do assunto em título, o Vereador do PS, José Adriano Lima, solicitou algumas alterações à Ata n.º 12, de 22 de maio de 2026, a saber (destacadas a cor amarela):

- Pág. 5, 1.º parágrafo

“Disse que, agora, mudou a ~~e tipo de~~ entidade e a forma como é feita a avaliação que, segundo ele, é atualmente feita de forma contínua, tendo saído, pela primeira vez, nesta nova roupagem, com um resultado positivo. Mostrou o seu agrado por este resultado positivo. Dirigiu felicitações a todos os que **ao longo dos tempos**, seja a nível político, seja no plano técnico (interno e externo), contribuíram para este resultado.”

- Pág. 12, 5.º parágrafo

“Pronunciou-se o senhor Vereador José Adriano Lima, que expressou ceticismo quanto à capacidade e **verdade disponibilidade** das Juntas de Freguesia em cumprirem as suas obrigações de limpeza. Relatou que, no passado, as limpezas eram, **por vezes**, deficientes ou não eram feitas, obrigando o Município a intervir. Mencionou que, nos últimos anos, várias Juntas de Freguesia alegaram falta de recursos próprios e financeiros para realizar as limpezas, tentando dissociar-se da responsabilidade. Perguntou, uma vez mais, ao senhor Presidente, se efetivamente todas as Juntas de Freguesia concordaram com a assinatura deste protocolo, ao que este voltou a esclarecer que apenas a União das Freguesias de Chaviães e Paços não aceitou. **Tendo o referido Vereador, apesar do afirmado pelo Sr. Presidente, manifestado muitas reservas e afirmado que na sua opinião se deveria evoluir para um modelo com contrapartidas.**”

- Pág. 16, 2.º parágrafo

Tendo sido colocado o assunto à discussão, o senhor Vereador José Adriano Lima perguntou ao senhor Presidente se tinha ideia do porquê do aumento do valor do apoio, que durante muitos anos andou nos 3.000,00 a 3.500,00 Euros, ao que este respondeu, lembrando-lhe que o Executivo anterior, no ano passado, havia aprovado a atribuição de um subsídio na quantia de 6.000,00 Euros, e, portanto, um valor ainda superior ao do corrente ano, **ao que o referido Vereador disse que deveria de incluir algum reforço extraordinário.**



- Pág. 19, 5.º e 6.º parágrafos

“Sobre este assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal começou por explicar que o valor do apoio solicitado pelo Clube de Veículos Antigos de Melgaço é de 12.500,00 Euros e não de 2.500 Euros, tal como consta da Ordem de Trabalhos, tendo proposto um apoio no valor global de 11.500,00€. Explicou, seguidamente, que este pedido de apoio é solicitado para dois objetivos diferentes, a saber: 2.500,00 Euros para o Plano de Atividades Anual do Clube e 10.000,00 Euros para a iniciativa "Rampa do Pezo".

Feita esta apresentação, o senhor Presidente da Câmara Municipal colocou o assunto à discussão. Pronunciou-se o senhor Vereador José Adriano Lima, que recordou uma conversa anterior com elementos desta associação, onde lhe foi transmitida a necessidade de mais recursos para aumentar a qualidade do evento, reconhecendo, também, que a associação precisa de angariar fundos próprios e que tem revelado essa capacidade. Perguntou se esta diminuição do apoio foi conversada com a associação, ao que o senhor Presidente respondeu afirmativamente.”

Já no âmbito da apreciação do assunto em reunião de Câmara, o Sr. Presidente de Câmara informou que algumas propostas de alteração seriam acolhidas, outras não, que passou a identificar.

Na verdade, os Vereadores do PS já não estranham esta postura... pois quando temos um Presidente de Câmara que alega falta de tempo e aparentemente apela à objetividade em nome de Melgaço, mas:

- diferentemente do que acontece com a restante documentação da reunião de Câmara, as atas das reuniões são remetidas diretamente pelo Sr. Presidente e habitualmente em incumprimento do prazo de envio (o que não tem sido questionado pelos Vereadores do PS). Qual a razão!? As atas passam pelo crivo do Sr. Presidente antes do respetivo envio!? Assim sendo, realmente o Sr. Presidente, diferentemente dos restantes membros do Executivo Municipal, não precisa de solicitar qualquer alteração às atas... pois já as faz diretamente e com tempo;

- gasta do seu tempo, e de todos nós, a fazer comentários e avaliações sobre as propostas de alteração solicitadas pelos Vereadores do PS, quando ninguém faz sobre as suas, e, pasme-se, também o tem feito quanto às Declarações de Voto apresentadas pelos mesmos. Sim, é verdade, já aconteceu, por mais que uma vez, o Sr. Presidente começar a reunião de Câmara seguinte munido das ditas Declarações para fazer comentários e, inclusive, deixando no ar a ideia de que os Vereadores do PS não poderiam, era o que faltava, fazer comentários;



MELGAÇO

- admitindo, como já aconteceu, que os Vereadores do PS disseram o que pretendem incluir na ata mas, mesmo assim, com o conforto da maioria, não acomodando as alterações solicitadas.

Neste cenário, a abstenção na votação foi a opção da Vereadora do PS e a utilização do presente instrumento para a defesa da sua posição.

A Vereadora do PS,
Verónica Solheiro

Resposta do Presidente da Câmara Municipal à Declaração de Voto da Sr.^a Vereadora Verónica Solheiro, do Partido Socialista (quanto à análise e votação da Ata nº 12, da reunião de Câmara de 22/06/2026) e para ser junta à Ata nº 13, da reunião de 02/07/2026

Insere-se esta resposta ao abrigo do concernente direito, por conter a declaração de voto em referência inexactidões graves, acusações pessoais, deturpações e imputações que justificam a reposição da verdade.

Dizer, desde logo, que assiste regimentalmente aos senhores Vereadores da Oposição o direito da apresentação de Declarações de Voto, com relação aos assuntos discutidos e votados em reunião do órgão colegial (quanto a fazer ou não algum sentido apresentar declarações de voto nas situações em que os Vereadores votam a favor já o dissenso é claro...).

O que realmente é de estranhar, e reúne contornos de inusitado, é que seja uma senhora **Vereadora que não apresentou qualquer pedido de alteração da Ata** a insurgir-se quanto à discussão e desfecho que mereceu o referido pedido de alterações de uma ata, na reunião, de 02/07/2026, em que o pedido foi discutido e votado. Ficar-se-á, certamente, um tal inusitado, a dever à falta de experiência da senhora Vereadora nestas lides, aonde apenas agora chegou, ou até a uma infinda vontade de demonstrar serviço, mesmo sem que tenha noção do alinhamento que cada momento merece e exige.

Mas mais: A senhora Vereadora Verónica Solheiro dedica-se, aproveitando o instrumento regimental da declaração de voto, a discorrer acerca de tudo e mais alguma coisa, com objetivos de ataque pessoal e político à figura (institucional) do Presidente da Câmara, esquecendo-se do assunto para o qual a declaração de voto foi por ela apresentada, e em momento algum assumindo (e isso, sim, tal como referido pelo Presidente da Câmara na última reunião, é que seria importante) que as alterações à Ata pedidas pelo senhor Vereador José Adriano, que não foram acolhidas, tinham o propósito de espelhar no documento afirmações e palavras que ou não foram ditos ou visavam deturpar o que efetivamente o foi (dito). E aquela senhora Vereadora ainda se permite, a final, dizer que a declaração de voto é para justificar a abstenção quanto ao assunto em questão, o que também não passa de pura ilusão. Temos, pois, que, para além da falta de experiência, a senhora Vereadora peca pela falta de noção e assertividade, empobrecendo claramente a posição política que, em substituição de um senhor Vereador efetivamente eleito, vem ocupar.

Por último, apenas mais três ou quatro notas, a respeito do exarado pela senhora Vereadora Verónica Solheiro na declaração de voto em questão: a primeira no sentido de que dúvidas não podem subsistir quanto a assistir ao senhor Presidente da Câmara o direito de ler a minuta das Atas e de o fazer em momento anterior ao do seu envio aos senhores Vereadores; em segundo lugar que não se percebe qual o incómodo para a senhora Vereadora Verónica Solheiro em receber tais minutas diretamente do e-mail (institucional) do senhor Presidente; em terceiro lembrar à dita senhora Vereadora que mal anda quando entende que pode fazer os comentários, pertinentes ou não, descabidos e/ou desenquadrados do assunto ou não, e destituídos ou não de verdade, nas declarações de voto que entende apresentar, livrando-se de que o senhor Presidente da Câmara, diretamente visado, exerça o direito de pronúncia, de

contraditório ou de resposta – é uma ideia de democraticidade muito peculiar, a que, infelizmente, nos vai habituando, fruto do cultivo de um ego com o qual o Presidente, enquanto homem do povo, não se consegue, em absoluto, identificar; e, em quarto, e último, lugar, relembrar-lhe que ainda que o envio das Atas siga, a seu ver, de modo tardio (o que não significa que tal aconteça por “culpa” do Presidente da Câmara) tem os serviços, e o Executivo em funções, feito o inabalável esforço, e tido a preocupação, de que as Atas de cada reunião sejam votadas logo na reunião seguinte, não ocorrendo o que quase sempre acontecia no(s) mandato(s) anterior(es), encabeçados pelo Executivo do Partido da senhora Vereadora Verónica Solheiro, em que as atas se encontravam sistematicamente atrasadas na sua elaboração, aprovação e publicação no portal do Município. Porventura seria esse o caminho que, fruto de alegadas faltas de tempo (lembrando-se-lhe que o Presidente da Câmara em momento algum se queixou da falta de tempo, mas antes que lamenta o tempo que se gasta a falar de coisas, da parte dos senhores Vereadores da Oposição, sem importância alguma), a senhora Vereadora Verónica Solheiro, se estivesse em funções (para as quais o seu projeto político nas últimas eleições não foi, note-se, sufragado), continuaria a seguir, mas não é, seguramente, aquele que o Presidente da Câmara e Vereadores com pelouros atribuídos querem trilhar. Lembrar-lhe que o Executivo que o Presidente da Câmara Municipal lidera está cá para trabalhar, para resolver, para decidir, para fazer acontecer, e não para deixar andar, avolumar, postergar, procrastinar, marcas próprias dos últimos anos de governação autárquica em Melgaço, com os resultados que estão à vista de todos os que ainda teimam em não ser cegos.

A handwritten signature in blue ink, consisting of several stylized, overlapping loops and strokes, likely representing the name of the official mentioned in the text.